

CAPÍTULO 1

Economia Global: realidade em construção

Introdução

Entendendo a dinâmica assumida pela economia mundial, em particular pelas economias capitalistas desenvolvidas, neste último quartel de século (mais precisamente a partir da década de 70), como um processo respaldado no esgotamento de alguns dos elementos básicos do período imediatamente anterior (1945-1973), comprova-se que mudanças significativas estão em curso, tanto no âmbito político-ideológico quanto nos mecanismos institucionais imprescindíveis à continuidade da atual estratégia de acumulação capitalista.

É nesse sentido que se colocam, as políticas econômicas de caráter liberalizante (que caracterizam a realidade atual a nível mundial), a adequação do aparato regulatório internacional, a desregulamentação dos mercados, os programas nacionais de privatizações, a reestruturação organizacional e produtiva, dentre outros processos.

Os reflexos destas mudanças podem ser percebidos tanto no nível macroeconômico, através da postura política dos Estados Nacionais, quanto no nível microeconômico, nas estratégias e formas de organização das empresas, que resultam em realidades aparentemente novas, exigindo tratamento conceitual diferenciado para as várias fases do processo de mundialização.

Assim sendo, o capítulo que se segue trabalhará, em tópicos inter-relacionados, a contextualização do processo acima referido, dando ênfase, no ponto 1.1.1, às estratégias político-ideológicas em mudança, como a ruptura com o aparato teórico keynesiano e a adesão (retorno) aos princípios liberais (neoliberais), como base explicativa da predominância dos fluxos líquidos de capitais sob a forma de investimentos diretos e de portfólio, sobre o movimento comercial e a produção mundial; no ponto 1.1.2, o capítulo tratará dos esforços empreendidos para a superação da inadequação do aparato institucional existente, exigidos pela nova dinâmica das relações internacionais em foco; no ponto 1.2., serão apresentadas as diferenças conceituais que marcam as diversas formas assumidas pela dinâmica econômica internacional, ao longo do século XX, quais sejam: mundialização, internacionalização, e multinacionalização ou transnacionalização.

O processo de globalização, por se constituir o movimento da atualidade, será discutido no capítulo seguinte.

1.1 Estratégias político-ideológicas em mudança

1.1.1 Do Keynesianismo ao Neoliberalismo

Considerando o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, tem-se que, durante, aproximadamente, trinta anos, o capitalismo desenvolveu-se a taxas históricas altas, inéditas para tão longo espaço de tempo. Esta fase foi caracterizada, principalmente, pela internacionalização da

produção industrial (e de serviços), ampliação do comércio internacional e concentração acentuada do capital, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), no mercado mundial.

Neste ínterim, implementaram-se as técnicas fordista-keynesianas que agregavam à produção em larga escala, ao nível do segmento industrial privado, políticas públicas impulsionadoras da demanda efetiva, cujo resultado mais imediato identifica-se com o "Estado do bem-estar" que se instalou nos países centrais.

Neste contexto, foi possível, à Europa e aos EUA, o jogo de soma positiva (aumento de lucros, salários e taxa de acumulação). Aos países do terceiro mundo, foi dada a oportunidade de impulsionar processos desenvolvimentistas.¹

A presença do Estado (do bem-estar, desenvolvimentista, socialista, intervencionista, produtor) foi marcante nos mais diferentes países, durante as três décadas imediatamente posteriores à segunda guerra mundial.

Considere-se que, em paralelo a este movimento de retomada das bases concretas da acumulação de capital, estava sendo consolidada no âmbito geopolítico, uma nova ordem mundial bipolarizada, organizada através de blocos de poder respaldados em formas de organização produtiva e sócio/política completamente divergentes.

¹ Dentre os criadores da teoria da dependência destacam-se Caio Prado Júnior, Sérgio Bagu e Florestan Fernandes, além de Paul Baran, André Gunder Frank, Raul Prebich, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros.

A União Soviética e o Leste Europeu de orientação socialista baseavam-se na filosofia coletivista da planificação via Estado. A hegemonia dos Estados Unidos da América, como líderes do bloco capitalista, contraditoriamente à filosofia típica desta forma de organização produtiva – o liberalismo –, havia se utilizado da intervenção estatal como instrumento de superação da crise, continuando e disseminando esta prática para toda a Europa Ocidental e, posteriormente, para a periferia, notadamente para os países da América Latina.

Foi neste contexto que surgiram as primeiras idéias neoliberais, como reação teórica e política às práticas impulsionadas pela teoria pragmática de Keynes (1936), entendidas como ameaça à harmonia do "sistema" e, portanto, possibilidade de serem convertidas de instrumento de superação positiva em base, para a superação negativa da organização social em vigor. É o texto de Friedrich Hayek (1944) – O Caminho da Servidão – que inicia as discussões sobre o tema, ao colocar qualquer limitação aos mecanismos de mercado por parte do Estado como uma ameaça letal à liberdade econômica e política.

A partir deste enfrentamento com a realidade em curso, tanto ao nível das políticas de bem-estar social na Europa quanto ao nível do New Deal norte-americano, forma-se a sociedade de Mont Pèlerin, com o propósito claro de *“...combater o keynesianismo e o solidarismo presentes e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”* (Anderson, 1995:17)

Há de se entender que a conjuntura em curso não se constituía terreno fértil a tais idéias, uma vez que a implementação de políticas keynesianas estava, naquele momento, dando conta dos problemas gerados pela crise de 29 e, além disso, estavam provocando um período de expansão nunca antes presenciado pela sociedade capitalista.

O neoliberalismo defendido pela sociedade de Mont Pèlerin ficou como que adormecido, ou contido pelas forças da sociedade em movimento, que não abriam mão dos ganhos sócio-econômicos advindos da atuação do Estado.

Ainda assim, Friedman (1962) publica *Capitalismo e Liberdade* no qual a ideologia neoliberal e o sistema de livre mercado são defendidos explicitamente, como, por exemplo, na seguinte passagem:

“O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro. (...) Não conheço nenhum exemplo de uma sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse algo comparável com um mercado livre (...)” (Friedman, 1985:18-19).

Observe-se, porém, que problemas relativos ao regime de acumulação, utilizado naquele momento nas economias centrais, já se faziam sentir desde meados dos anos 60, uma vez que os elementos impulsionadores daquele regime estavam se esgotando, a exemplo da recuperação da Europa e do Japão, da saturação do mercado interno, e do surgimento de uma onda de substituição de importações no chamado terceiro mundo. Tais fatos evidenciavam-se a partir da queda da lucratividade e da produtividade, levando as economias centrais ao enfrentamento de problemas de déficit fiscal e,

conseqüentemente, a um processo inflacionário, advindo de políticas monetárias extensivas. O aprofundamento deste processo gerou elementos que propiciaram a contestação do papel do dólar, enquanto moeda-reserva internacional.

É patente a queda acentuada nas taxas de crescimento em alguns dos principais países que formam a OCDE, naquele período, como mostram os dados da tabela a seguir:

Tabela 1.1. Taxas anuais de crescimento em países escolhidos e OCDE (1960-85)

<i>Países/Anos</i>	<i>EUA</i>	<i>JAPÃO</i>	<i>AL.OCID.</i>	<i>FRANÇA</i>	<i>ING.</i>	<i>OCDE</i>
1960–68	4,4	10,4	4,1	5,4	3,1	5,1
1968–73	3,2	8,4	4,9	5,9	3,2	4,7
1973–79	2,4	3,6	2,3	3,1	1,5	2,6
1979–85	2,5	4,0	1,3	1,1	1,2	2,2

Fonte: World Investment Report. 1985. Unctad.

Em 1973, com o primeiro choque do petróleo, patenteia-se o ponto de inflexão nos indicadores econômicos dos países centrais o que significou sinais de recessão.

Fatores como a alta continuada dos preços da matéria prima estratégica – *petróleo* – e os ganhos advindos de direitos trabalhistas, conseguidos durante o período imediatamente anterior, foram colocados como determinantes da ampliação dos custos de produção, o que, aliando-se à dificuldade de reduzir salários nominais, devido organização sindical forte, impedia a continuação do "jogo de soma positiva" logrado no período de ouro do capitalismo. Dessa forma, há uma identificação dos atores responsáveis pelo esgotamento daquela fase do capitalismo, ou seja, o Estado e os trabalhadores organizados

são apontados como os vilões da história pelos precursores das idéias neoliberais.

No final desta mesma década, ocorre o segundo choque do petróleo, o que determina um nível mais acentuado de recessão nos países centrais, com amplo espectro de disseminação para os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

A tendência declinante das taxas de crescimento do produto (tabela 1.2) e da produtividade (tabela 1.3), entre as décadas de 70 e 80, tem sido explicada pelo esgotamento do modelo fordista-keynesiano de organização produtiva e da tecnologia a ele acoplada ou, alternativamente, pelo fim da fase ascendente e o início da descendente do ciclo longo de Kondratief (Gorender, 1997:26).

Tabela 1.2. Taxas anuais de crescimento – mundo e países industrializados (1960-79)

<i>Período</i>	<i>Mundo</i>	<i>Países Industrializados</i>
1960/64	4,94	4,94
1965/69	4,96	4,88
1970/74	4,14	3,62
1975/79	3,80	3,12

Fonte: FMI. *Estatísticas Financeiras Internacionais. Anuário 1986 e 1994.*

Tabela 1.3. Taxas de crescimento médio da produtividade industrial – países escolhidos (1960-92)

<i>País</i>	<i>1960/70</i>	<i>1969/75</i>	<i>1975/80</i>	<i>1980/85</i>	<i>1985/90</i>	<i>1990/92</i>
EUA	2,65	2,83	1,77	4,14	2,73	3,10
Canadá	4,08	3,22	2,08	4,04	0,13	2,38
Japão	10,82	6,24	6,95	5,94	5,23	0,45
Bélgica	6,23	7,45	6,62	5,93	2,70	3,23
França	6,70	4,92	4,56	3,76	3,29	1,37
Alemanha	5,86	4,82	3,81	3,45	2,05	1,70
Itália	7,46	4,62	5,11	4,63	2,90	3,52
Países Baixos.	7,09	6,04	5,73	4,96	1,85	0,84
Suécia	6,67	4,42	2,38	3,85	1,99	4,16
Reino Unido	3,70	3,37	1,41	5,76	4,50	4,38

Fonte: *Monthly Labor Review. Abril. 1988/ Marco. 1994.*

A economia baseada em práticas rígidas – no tocante à alocação e contrato de trabalho, altos investimentos em capital fixo (para manter a produção em larga escala) e forte presença do Estado (para manter o Estado de bem-estar) – apresentava características claras de esgotamento desse padrão de acumulação. As políticas monetárias e fiscais apresentaram-se como as alternativas da época.

No intuito de manter a economia estável, as economias centrais expandiram a base monetária, o que, em um ambiente rígido de baixo crescimento, resulta em inflação.

A partir daí, as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno, e a estabilidade monetária passa a ser a meta suprema de qualquer governo. Considerando o receituário neoliberal, que indicava a crise como fruto, primordialmente,

“(...) do poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.” (Anderson, 1995:39)

Neste sentido, o neoliberalismo constitui-se em um conjunto de indicações de ordem política, econômica e social, que visa a reduzir a participação do Estado na economia, restringindo sua ação aos papéis de garantidor da propriedade privada, dos contratos e da defesa da nação.

Tal proposição parte do princípio da superioridade do mercado, frente ao Estado, na alocação e distribuição do trabalho social, e da taxativa

indicação de que os causadores da crise em curso seriam o Estado (responsável direto por políticas inflacionárias) e os trabalhadores que não abriam mão de conquistas sociais.

Nesse contexto, entende-se tal processo como uma contra-ofensiva ao objetivo keynesiano de garantir a demanda agregada da economia, empregando, dentre outros meios, a intervenção do Estado.

Na realidade, a emergência destas idéias neoliberal reflete a impossibilidade de o aparato fordista-keynesiano retardar a tendência à crise, própria do processo de acumulação de capital, fato posto em evidência a partir do final da década de 60, como os dados (tabelas 1.1, 1.2 e 1.3) já apresentados revelam.

Há que se considerar que a crise mundial, que, naquele momento, se instalava, possuía características típicas de uma crise clássica de superprodução, revestida com as peculiaridades do seu tempo. É fato que, naquele momento, as economias centrais caracterizavam-se pelo enfrentamento de dificuldades de expansão na esfera produtiva, em virtude do problema clássico de realização, próprio do capitalismo, ou seja: os países desenvolvidos deparam-se, periodicamente, com dificuldades de expansão do mercado doméstico, o que resulta em problemas ao nível da esfera produtiva, tais como ampliação da capacidade ociosa, excesso de mercadorias em estoque, excesso de capital-dinheiro e ampliação exacerbada dos níveis de desemprego. Tais movimentos decorrem da própria lógica do capital, e deixam a nu fatores de ordem conjuntural, que não poucas vezes são confundidos

como detonadores do próprio processo, como, por exemplo, a expansão dos mercados de capitais, decorrentes do deslocamento de volumes representativos de capital da esfera produtiva para a esfera financeira.

É sabido que, historicamente, tem-se registrado, como decorrência de crises de superprodução (ou insuficiência da demanda efetiva), o estímulo, se não a exigência, de transformações e/ou reestruturação produtiva e do mercado mundial, readequando e/ou renovando as bases de valorização.

Neste sentido, há de se colocar o despertar do ideário neoliberal conjugado a práticas, tais como programas de privatizações, abertura comercial, ajustes monetários, além do desencadeamento de movimentos para desregulamentação dos mercados de trabalho, de bens, e serviços.

É neste contexto, também, que se concretizam modificações, no âmbito econômico-estrutural, através das reestruturações produtivas e organizacionais implementadas através de inovações tecnológicas ligadas à área de informática, imprescindíveis ao mercado mundializado e à difusão de práticas japonesas de organização do trabalho de *cariz toyotista*, entendidas como necessárias ao novo momento econômico.

Tais processos resultaram em um questionamento maior sobre o papel do Estado e em uma pressão dos grupos dominantes que defendiam a contração ou mudança no âmbito da atuação estatal. Instauram-se, assim, novas estratégias políticas de dominação burguesa, de corte neoliberal, cujas

palavras de ordem estão condensadas no chamado *Consenso de Washington*² e que vêm servindo de base às políticas empreendidas por países atualmente denominados de *mercados emergentes*, como é o caso do Brasil, dentre outros.

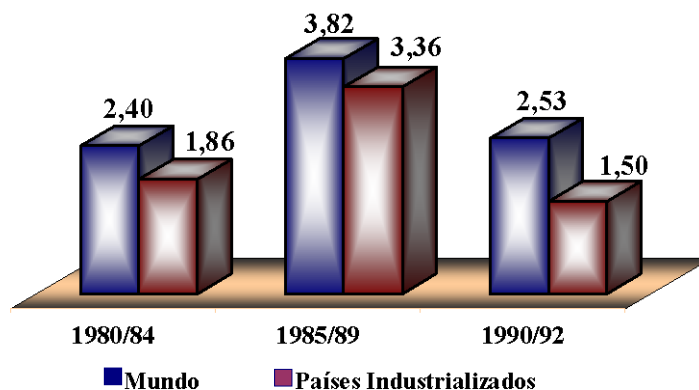
A mudança de curso, no entanto, não reverteu a tendência à queda das taxas de crescimento, como mostram os dados da tabela 1.4, ilustrados pelo gráfico 1.1. A recuperação das taxas de lucro foi conseguida num ambiente de dificuldades, o que aguçou a concorrência interempresas e entre países industrializados.

Tabela 1.4. Taxas anuais de crescimento – mundo e países industrializados (1980-92)

<i>Período</i>	<i>Mundo</i>	<i>Países Industrializados</i>
1980/84	2,40	1,86
1985/89	3,82	3,36
1990/92	2,53	1,50

Fonte: FMI. *Estatísticas Financeiras Internacionais. Anuário 1986 e 1994.*

Gráfico 1.1
Taxas anuais de crescimento – mundo e países industrializados (1980-92)



² *Consenso de Washington* – conjunto de orientações de corte neoliberal, engendradas em uma reunião realizada em 1989, com representantes dos principais organismos multilaterais, dos bancos norte-americanos, do governo norte-americano e dos países devedores, com vistas ao monitoramento das políticas macroeconômicas destes últimos.

O conjunto destas mudanças e a força do discurso neoliberal, amplamente potencializada pela mídia, têm contribuído para a formação da idéia de que os Estados Nacionais estão cada vez mais fragilizados, e o mercado vem, paulatinamente, assumindo a supremacia em torno das questões econômicas. Isto não significa que o “melhor” Estado seja o Estado mínimo neoliberal, ou que o Estado deixe de ser importante enquanto instrumento de desenvolvimento.

Acerca desta percepção, cabe uma reflexão mais pausada. Estudiosos do assunto polemizam a respeito, indicando, ora a tese do Estado Mínimo como a que está em curso, ora a de que o Estado apenas mudou sua esfera de ação, ou, ainda, identificando a presença do Estado, ainda em maior proporção, na regulação do mercado, agora dominante.

Considerando esta última assertiva, o estudo de Nunes (1999) indica a ampliação da influência do Estado na economia, até mesmo em países que assumiram a postura neoliberal e fizeram a maioria das desregulamentações. Tal fato torna-se patente ao se observar a elevação do consumo final do governo, ou as transferências da seguridade social em termos proporcionais ao PIB. A autora acrescenta ainda que a própria desregulamentação, entendida muitas vezes como redução do poder dos Estados Nacionais, somente se verifica por atitude consciente do próprio Estado, uma vez que faz parte da política econômica daqueles.

Nesta mesma linha de raciocínio, encontra-se Batista Júnior (1994), que, fazendo uso de agregados econômicos, contesta a tese do Estado

Mínimo, enquanto tendência econômica global. A citação a seguir elucida sobre a opinião em foco:

"Outro mito é a idéia de que o chamado neoliberalismo domina a ação prática dos países desenvolvidos. Pode ser que tenha prevalecido, pelo menos até recentemente, no plano da retórica e da propaganda, mas os dados referentes à participação do Estado na economia dos países desenvolvidos, nos últimos quinze ou vinte anos, mostram um quadro bem diferente daquele que em geral se imagina. Nesse período, numa época de suposto triunfo do chamado neoliberalismo, a participação do Estado na economia não diminuiu. Ao contrário, aumentou. Vale a pena mencionar, ainda que brevemente, os números para os sete principais países desenvolvidos, o Grupo dos 7, comparando as médias do período 1978-82 com as do período 1991-95. O gasto público aumentou de 36,3% para 39,4% do PIB, em média. A carga tributária, de 33,5% para 35,9% do PIB. O déficit público, de 2,9% para 3,5% do PIB. A dívida pública líquida praticamente dobrou, passando de 22% para 40,4% do PIB. É verdade que houve programas de privatização e desregulamentação de vários setores da economia, mas a participação do Estado, medida por indicadores agregados, aumentou na grande maioria dos países desenvolvidos." (Batista Jr., 1994:12)

È importante ressaltar essa perspectiva, acrescentando que a perda de poder do Estado-Nação não se faz de forma generalizada, mas depende, sobretudo, da forma de inserção das diversas economias no contexto mundial globalizado. Mesmo entendendo que o poder do Estado-Nação em um ambiente neoliberal encontra-se mais atrelado ao poder do capital privado, é possível indicar que, quanto maior for o domínio do capital nacional ao nível interno, menos vulnerável será o Estado-Nação, e, quanto maior for a influência do capital nacional ao nível externo, maior a força do Estado Nacional na esfera global.

Neste sentido, vale destacar a posição de Gorender (1997), que indica que tais processos não anulam nem diminuem a importância dos Estados Nacionais, de forma generalizada, e que, em se tratando de nações, cuja hegemonia no âmbito político-econômico se reafirma (ainda que em tempos de crise), os reflexos da chamada globalização, baseada na doutrina neoliberal, pouco interferem em seu grau de influência enquanto Estado Nacional.

Um exemplo pode ser a manutenção do poder do Estado Nacional Norte-Americano que, em plena era global, através dos mecanismos multilaterais tais como FMI, BIRD, BID, dentre outros, comanda as regras do jogo, enfraquecendo os dispositivos de controle, intervenção e regulamentação econômica de outros Estados Nacionais, enquanto mantém os próprios.

Tais procedimentos têm sido freqüentemente encontrados na América Latina, cujos Estados Nacionais, fragilizados, têm adotado políticas de subordinação irrestrita à dinâmica do mercado, em consonância com a orientação neoliberal, posta no Consenso de Washington.

Uma contribuição diferenciada ao debate sobre esta questão é fornecida por Kurtz (1998), que contesta as propostas neoliberais, considerando-as deslocadas, uma vez que o capitalismo impescinde da atuação do Estado. Kurtz não aceita a idéia de que Estado e Mercado são opostos, e que a presença de um se contrapõe à do outro. Para ele, o crescimento de um, não significa a diminuição do outro, pelo contrário, Estado e Mercado, apesar de serem antagônicos, participam do mesmo campo. Sendo assim, além de se completarem, um necessita do outro no processo de reprodução do capital.

Tal postura implica uma dedução lógica completamente oposta às indicadas pelas teses neoliberais, pois indica que o aumento do sistema de mercado leva, obrigatoriamente, ao aumento da atuação estatal, como base legal do próprio funcionamento daquele sistema. Observemos o que o próprio Kurtz diz a respeito:

“Quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social e tornando-se o modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida. Estamos, portanto, diante de uma relação iniludivelmente recíproca.” (Kurtz, 1998:96)

E ainda:

“Trata-se, aqui, da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subseqüentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado.” (Kurtz, op.cit.:102)

As diversas abordagens podem ser consideradas como leituras distintas de um processo em curso, cuja dinâmica explicita modificações na correlação de forças atuantes no nível econômico (Estado e Mercado), ora evidenciando fortalecimento do Estado-Nação, como no caso das economias centrais, cujo funcionamento, respaldado em ações de política econômica e, portanto, com forte presença do Estado, consegue manter sua hegemonia político-econômica em âmbito global; ora explicitando uma mudança de foco da atuação do Estado, especialmente em economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, afastando-se do nível produtivo (privatizações), para atuar mais fortemente na construção/adequação do aparato institucional necessário ao

cenário econômico que se consolida, o que se configura como sendo a evidência do Estado Mínimo.

De fato o que se constata é que uma outra dinâmica está em curso. Com a crise da teoria keynesiana, enquanto parâmetro de análise da realidade econômica na atualidade, ocorre um certo retorno às leis do mercado como mecanismo de regulação econômica mais eficaz.

Contudo, há de se perceber que o Estado, em toda sua dimensão político-regulatória, não pode simplesmente sair de cena, ou se restringir a funções de segurança e/ou legitimação. O que se presencia na atualidade é uma mudança na estratégia de ação estatal, ora afastando-se de alguns setores, ora entrando em outros, ou, ainda, mantendo-se na regulação macroeconômica e, até mesmo, em alguns momentos, intervindo em ambientes empresariais, recentemente privatizados.

Neste último caso, é interessante notar que um processo de privatização nem sempre significa total desestatização, ou seja, nem sempre significa que o Estado está abrindo mão de seu poder de regulação sobre aquele segmento produtivo, ao passá-lo às mãos do capital privado. Esta dinâmica tem sido encontrada quando a privatização envolve empresas múltiplas ou rede de empresas, cujas regras de funcionamento continuam ainda, quando a maioria das ações pertence à iniciativa privada, a serem estabelecidas por organismos/instituições intermediários, criados com o objetivo explícito de estabelecer as regras de funcionamento, de cuja

elaboração participam agentes representantes do Estado, em conjunto com representantes do capital privado.

Na realidade, a questão passa por um debate que abrange a categoria *poder*, cuja esfera de influência em um ambiente supostamente globalizado extrapola os limites geo-políticos do Estado-Nação e se efetiva ao nível relativo à inserção daquela economia na malha global. No caso específico do Brasil, que será desenvolvido com maior rigor no capítulo 3, há indicações de um processo intenso de “desnacionalização” (Gonçalves, 1999), o que deixa a nu a mudança de foco do Estado brasileiro, na última década, ampliando a submissão da economia ao jugo internacional, o que se revela como perda de soberania do Estado-Nacional e não necessariamente redução do Estado na economia.

A atuação do Estado na economia, na era global, pode, em alguns casos, centrar-se em torno de políticas macroeconômicas, que desenvolvem ou constróem cenários favoráveis ao capital, e que funcionam como elementos de atração de investimentos. Portanto, embora não necessariamente atuando como Estado produtor consegue, por via indireta, ativar estratégias capazes de estimular a ampliação da dinâmica econômica. Entende-se que, no caso brasileiro, as políticas macroeconômicas, postas em prática no último lustro do milênio, evidenciaram-se capazes de atrair investimentos externos.

Nos capítulos seguintes esta assertiva será aprofundada.

1.1.2 Da inadequação do Aparato Institucional existente

Considerando a “globalização” como amplificação do movimento de internacionalização do capital, através da simultaneidade de três processos típicos da acumulação capitalista, quais sejam:

“Aumento considerável dos fluxos internacionais de capitais em suas variadas formas (bens, serviços, dinheiro etc.); Acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e Maior integração entre os sistemas econômicos nacionais.” (Gonçalves, 1999:24)

E entendendo-os como largamente possibilitados pelos avanços tecnológicos nas áreas de informática e telecomunicações³, pela presença cada vez mais marcante das empresas transnacionais nos mais diferentes pontos do globo e pela aceleração da dinâmica dos mercados financeiros⁴, é possível inferir a presença de consideráveis reflexos desta dinâmica sobre as estruturas produtivas e mercadológicas existentes, reduzindo drasticamente o espaço e o tempo geoeconômico, enquanto provoca mudanças complexas nos padrões e no volume de comércio e investimento internacional.

Por outro lado, considerando-se que no período compreendido entre 1945-73, foram as relações comerciais que preponderaram no cenário internacional, e que, atualmente, mais especificamente a partir de 1980, os investimentos externos diretos (IED) adquirem proeminência substantiva, como enfatizam Hirst & Thompson (1998), é possível inferir que o conjunto destas modificações na malha econômica mundial exige, em resposta, toda uma

³ Os estudos de Castells (1996) aprofundam esta questão.

⁴ Sobre o assunto ver Sassen (1996) e Tavares (1997).

reestruturação do aparato institucional existente (que demonstra sinais de inadequação no controle, regulamentação e legalização dos movimentos atuais), cuja natureza, rapidez e alcance global necessitam de uma superestrutura capaz de acompanhar o ritmo das mudanças em curso.

Neste sentido, já é possível perceber em processo uma série de modificações substanciais na ordem institucional global, como, por exemplo:

- A transformação do GATT na OMC;
- As negociações em torno da elaboração do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), no âmbito da OCDE;
- As modificações em torno das competências do FMI e do Banco Mundial na administração da governabilidade econômica internacional, dentre outras.

Com relação ao GATT, sistema instituído logo após a segunda guerra mundial, com o objetivo de fomentar a liberalização multilateral, disciplinando o uso de medidas de fronteira pelos países membros, pode-se dizer que seu conteúdo organizacional contém uma estrutura coordenada de regras e instituições que regulam o *comércio* mundial até hoje, e refletem os interesses políticos dos países do Ocidente, particularmente, dos Estados Unidos.

Este organismo (GATT), em sucessivas rodadas de negociações, conseguiu, desde 1947, sob a hegemonia política dos Estados Unidos, reduzir substancialmente as tarifas, contribuindo, desta forma, para que o comércio mundial se transformasse em um elemento mais dinâmico na economia

mundial, durante todo o período pós-guerra, como é possível constatar através dos dados da tabela 1.5. a seguir:

Tabela 1.5. Resultado das Rodadas do GATT (1947-1992)

<i>Rodadas</i>	<i>Duração</i>	<i>N° de países</i>	<i>Fluxos Comerciais (1)</i>	<i>Tarifa média pré-rodada (2)</i>	<i>Redução média tarifas (%) (3)</i>
Genebra	1947	23	10,0	40,0	35,0
Annecey	1949	-	-	26,0	8,0
Torquay	1950	-	-	23,9	25,0
Genebra	1956	-	2,5	17,9	8,0
Dillan	1960-61	-	4,9	16,5	8,0
Kennedy	1962-67	50	40,0	15,2	35,0
Tóquio	1973-79	99	190,0	9,9	34,0
Uruguay	1986-94	119	1.122,0	6,5	39,0
"Próxima"	-	-	-	4,0	-

Fonte: Gatt (1994).

Notas: (1) Bilhões de dólares; (2) Média ponderada pelas importações; (3) Estimativa.

Em uma leitura simples dos dados da tabela 1.5, nota-se, em primeiro plano, a ampliação do número de países que, paulatinamente, passam a fazer parte do GATT (atual OMC), número que cresce de 23 para 119 países (mais de 400%), em aproximadamente meio século. Ao longo deste período, foram estabelecidas 08 (oito) rodadas de negociações, cujo resultado mais palpável está na redução da tarifa média em torno de 90% – de 40 (em 1947) para 4,0 (em 1999).

Contudo, a necessidade de adequação deste instrumento regulador (GATT) às novas performances assumidas pela economia mundial, extrapolando o âmbito das concessões tarifárias (base das discussões das cinco primeiras rodadas de negociações), foi explicitada na Rodada de Tóquio, entre 1973 e 79, quando questões relativas a mercados públicos, restrições voluntárias às exportações (RVE), subvenções, subsídios e normas técnicas

deram o tom da discussão. Observe-se que, neste período, o mundo passava por mudanças significativas, como os reflexos das duas crises petrolíferas (1973 e 1979), a recessão mundial do início da década de 70, o fim do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods e o crescimento do Japão e das economias denominadas Novos Países Industrializados (NPI), ameaçando a competitividade dos países industrializados em alguns de seus principais produtos manufaturados.

Nesse contexto, transformações significativas ao nível geopolítico e econômico, tais como o fim da guerra fria e a perda relativa de hegemonia política dos Estados Unidos, tornaram o GATT um mecanismo pouco eficaz para a gestão da crescente interdependência entre as nações e de solução de conflitos de interesse. Nas últimas décadas, as nações vinham procurando acordos bilaterais ou regionais, para resolverem as pendências e para administrarem a interdependência e os conflitos de comércio. Os próprios Estados Unidos, desde o início da década de 80, abandonaram a defesa intransigente do multilateralismo e iniciaram negociações bilaterais.

Em 1986, dá-se início à Rodada Uruguai, cujo grande objetivo era o de expandir a área de atuação para outros dois setores, até então excluídos da pauta de negociações: a agricultura e os serviços. Após sete anos de negociações, foi aprovado o documento final da Rodada Uruguai, ratificada em 15 de abril de 1993, em Marrakech, cujos resultados fundamentais também encontram-se expostos no tabela 1.5. É possível inferir que o sistema GATT,

para se adequar à nova realidade, é reestruturado ao final da Rodada Uruguai⁵, saindo fortalecido com um novo mecanismo de solução de controvérsias, com a inclusão de novos temas e o reforço nas regras operacionais do comércio internacional. Mais ainda, o GATT, que se constituía em apenas um acordo, passa a ser uma organização com o mesmo *status* do FMI e do Banco Mundial: a OMC (Organização Mundial do Comércio), que passa a atuar dentro do sistema das Nações Unidas.

Os principais temas de negociação foram:

- Criação da OMC (Organização Mundial do Comércio), em substituição ao GATT;
- Rebaixamento tarifário para os produtos;
- Introdução de novos setores (agricultura, têxteis, serviços, investimentos e propriedade intelectual), para o quadro do GATT, e liberalização destes;
- Reforço das regras do GATT em temas como: *dumping*, subsídios, salvaguardas, regras de origem, licenças de importação, barreiras técnicas, medidas fitossanitárias, valoração aduaneira, inspeção de embarque;
- Negociação de um novo processo de solução de controvérsias que tornou a OMC mais forte;

⁵ Iniciada em 1986 e finalizada em 1993 em Marrakech, a Rodada Uruguai acabou sendo a mais ampla e complexa negociação do comércio internacional.

- E, por fim, prazo de implantação dos temas negociados em períodos que variam de 6 a 10 anos, a partir da instalação da nova OMC.

É fato que nas múltiplas negociações da Rodada Uruguai e em seu desfecho há sinais de busca de adequação ou inclusão de mecanismos ligados à questão da governabilidade do IED (Investimento Externo Direto), e que se constituíram em problemas de difícil solução a partir daquele instrumento. Um exemplo é a inclusão de medidas de investimento relacionadas com o comércio, na pauta da OMC (Organização Mundial do Comércio), através dos acordos TRIM (*Trade Related Investment Measures*).

Esses acordos visaram a debilitar as restrições ou distorções que dificultassem as trocas internacionais, através da aplicação de determinadas exigências aos investimentos de empresas estrangeiras, quais sejam: inclusão, na produção ou transformação, de um percentual mínimo de *inputs* locais; obrigatoriedade de exportações de uma determinada proporção da produção local e a garantia de equilíbrio da balança comercial.

A partir da Rodada Uruguai, a manutenção dos requisitos relativos ao caráter nacional da produção e os referentes ao equilíbrio da balança comercial foram proibidos, enquanto se mantiveram os referentes à proporção da produção local na pauta das exportações.

Considerando que os IED (Investimentos Externos Diretos) estão intrinsecamente ligados à dinâmica das empresas transnacionais, é importante que tais condicionamentos sejam relaxados, contudo, é possível perceber que

este conjunto de medidas opõe-se às práticas anteriores, principalmente por parte dos países em desenvolvimento ou com economias em transição, evidenciando mudança de estratégia no âmbito das negociações internacionais.

Um outro ponto controverso é o caráter de liberalização posto como tônica dos atuais princípios da OMC, bastante adequados ao comércio de bens e serviços, no atual momento, mas que apresentam complicações várias, se aplicados ao IED.

Posteriormente à Rodada Uruguai, ocorreram três conferências ministeriais dos membros da OMC. A primeira em Singapura (12/1996), a segunda em Genebra (5/1998) e a terceira em Seattle (entre 30/11 e 04/12/1999). Os objetivos explícitos destas Conferências eram, além de avaliar as realizações da OMC, identificar desafios no âmbito do sistema comercial multilateral e, por fim, programar atividades da OMC, para o futuro próximo.

Com relação às negociações no campo dos serviços, foram destaques as áreas de telecomunicações, serviços financeiros, transportes marítimos e circulação de pessoas, sendo que, para as duas últimas, os avanços das negociações foram modestos.

O acordo sobre as telecomunicações (02/1997) envolveu 69 governos, atingindo mais de 90% do mercado mundial de telecomunicações. Os países comprometeram-se em abrir seus mercados, aceitando um conjunto de princípios reguladores que asseguravam a liberalização comercial e o estímulo à competição.

No que se refere aos serviços financeiros, as negociações foram mais difíceis, mesmo assim, em dezembro de 1997, setenta governos entram em acordo para a abertura de seus mercados para o setor bancário e segurador, representando também mais de 90% do mercado mundial.

Vale ressaltar que já na reunião de Singapura foram criados grupos de trabalho, para estudar as relações entre comércio e investimento, sem, contudo, conseguirem-se grandes resultados.

Já no ano seguinte ao acordo, Hirst & Tompsom (1998) questionam a eficácia da OMC para tratar da governabilidade do IED e sugerem um novo aparato regulatório que funcione paralelamente à OMC.

Neste sentido, pode-se indicar, de acordo com Gonçalves (1999), a tentativa de criação do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), tratado internacional que envolveria compromissos políticos por parte dos países signatários. As negociações para sua elaboração iniciaram-se em 1995, no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Esse acordo representaria, caso viesse a ser implementado, a regulamentação, a nível jurídico e institucional, dos fluxos internacionais de capital, incluindo orientações para dirimir dúvidas e resolver conflitos. Seu conteúdo objetiva, em última análise, a liberalização dos regimes de investimento estrangeiro, a proteção dos investimentos e a definição de procedimentos para a resolução de conflitos entre países e investidores estrangeiros.

Como princípios gerais do AMI, destacam-se:

- *Transparência* ou compromisso, pelos países signatários do acordo, quanto a divulgação de todas as leis, normas, práticas e procedimentos relacionados ao investimento externo;
- *Tratamento nacional*, que exige que os investidores estrangeiros recebam tratamento, no mínimo, tão favorável quanto aquele que é dispensado aos investidores nacionais;
- *Não discriminação*, cujo cerne trata da impossibilidade de os países signatários discriminarem investidores segundo a sua origem.

No que concerne aos princípios específicos, destacam-se:

- *Livre transferência*, que indica que os países signatários do AMI comprometem-se a permitir a livre circulação dos capitais, na forma de repatriação e remessas de lucros e dividendos;
- *Critérios de desempenho* (nível mínimo de conteúdo local, metas de exportação, contratação de residentes, transferência de tecnologia, etc.) que tendem a ser eliminados, uma vez que, no âmbito da OMC, há grandes restrições quanto ao uso de critérios de desempenho sobre atividades comerciais de filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras;
- *Expropriação*, que restringe sua ocorrência aos casos com base em objetivos de interesse público e com a devida compensação.

Este tratado, como qualquer acordo internacional, previa exceções gerais e específicas, bem como salvaguardas. As exceções gerais tratavam de razões de segurança nacional. As específicas diziam respeito às listas de reservas quanto a compromissos de cada país, incluindo aqueles relacionados aos acordos de integração econômica. As salvaguardas seriam temporárias e envolveriam a proteção diante de desequilíbrios do balanço de pagamentos.

De acordo com as negociações em andamento no contexto da OMC, o AMI deveria incorporar cláusulas a respeito de normas trabalhistas e padrões ambientais, objetivando evitar que os países signatários fizessem reduções das suas normas trabalhistas e dos seus padrões ambientais.

Há polêmica e controvérsia em torno do AMI. Países desenvolvidos, a exemplo dos EUA, não têm demonstrado firmeza quanto à importância do AMI, no contexto de suas negociações internacionais. As maiores pressões para aprovação do AMI têm origem na Holanda e na Grã-Bretanha, países onde a presença de multinacionais é bastante forte. Países como Argentina, Chile e Brasil têm participado na condição de observadores oficiais das negociações do AMI, no âmbito da OCDE, aparentemente, com o intuito de aderir ao acordo tão logo ele seja promulgado.

Há ainda a possibilidade de se transferir as negociações do AMI do âmbito da OCDE para a OMC, o que é pouco provável devido à amplitude das questões concernentes ao AMI, que ultrapassam em muito a competência da OMC.

É importante destacar o fato de que o AMI, até hoje, não foi implementado, o que provocou, na reunião de Seattle em 1999, uma discussão em torno da necessidade de abrir negociações para um acordo multilateral sobre o investimento internacional, embora ainda haja muitas dúvidas sobre a pertinência do tema no âmbito da OMC.

No que se refere ao Banco Mundial e ao FMI, também tem sido verificadas mudanças em seus critérios e áreas de atuação, em relação ao que eles desempenharam na “era de Bretton Woods”. Naquele período, o Banco Mundial desenvolvia um padrão multilateral, fornecendo empréstimos aos governos da América Latina, África e Ásia.

A atuação do FMI concentrava-se em assistência com prazos mais curtos, associados principalmente a problemas de liquidez, durante crises dos balanços de pagamentos e políticas de estabilização. Seu papel tem diminuído, especialmente a partir da década de 70, ressalvada sua ativa participação na administração dos choques dos petrodólares.

A partir da década de 80, anos críticos, em relação às dívidas externas contraídas, principalmente, pelos governos dos países do terceiro mundo, cresce a importância dos bancos comerciais, no tocante ao financiamento dos referidos débitos, o que provoca mudanças importantes na atuação do Banco Mundial.

Outro fator indutor destas mudanças foi o fortalecimento e emergência de blocos regionais, voltados para dentro, como a União Européia, que minaram muitas das funções, tanto do Banco Mundial, quanto do FMI.

Tais mudanças concentraram-se, segundo Hirst & Thompson (1998), na busca de novas abordagens políticas e de novas áreas para atuação.

Com referência à busca de novas abordagens, ambas as instituições aqui referidas aderiram ao critério da “boa governança”, baseado na boa administração pública, em substituição ao critério de “condicionalidade”, centrado nas esferas monetária e fiscal, em suas negociações com os Estados clientes.

As novas áreas foram indicadas, após 1989, como as “economias em transição”, ou, mais propriamente, segundo Hirst & Thompson (op. cit.) “economias em transformação”. A estas, o FMI e o Banco Mundial abraçaram, para fazer suas advertências e desenvolverem suas atividades.

Em paralelo, outros critérios “mais flexíveis” ganharam importância, como o desenvolvimento humano e a pobreza, a produção do conhecimento e o fornecimento de assistência técnica, além da proteção ambiental.

De acordo com Hirst & Thompson (op. cit.), as mudanças relativas aos critérios, dificultaram sobremaneira o acompanhamento do desempenho de tais organismos, uma vez que

“Em certa medida, esses critérios mais flexíveis tornaram as organizações e as atividades que elas devem monitorar mais difíceis de administrar. Com o estrito critério de “condicionalidade”, pelo menos, os objetivos da política eram claros e precisos (no entanto às vezes, eram aplicados perniciosamente), mas a “boa governabilidade” e o “desenvolvimento humano” eram [sic!] critérios imprecisos, frouxos, que variam significativamente de uma situação para outra e, portanto, são difíceis de monitorar, de uma maneira consistente as restrições.” (Hirst & Thompson, 1998:220)

Nesse sentido, os atuais critérios podem ser entendidos como mais invasivos dos Estados-membros, afetando sua soberania numa dimensão maior que antes.

Outra mudança no Banco Mundial diz respeito à sua ênfase na “neutralidade do regime comercial”, em suas negociações com as economias recentemente emergentes. Neste âmbito têm ocorrido modificações nas estratégias de substituições de importações, bem como nas estratégias de crescimento baseadas em exportações, o que, em última análise, pode ser entendido como adesão do Banco Mundial à indicação de soluções comandadas pelo mercado, para os problemas enfrentados por tais economias.

Uma perspectiva futura, que vem sendo colocada com relativa freqüência, quando o assunto trata de aparato institucional ao nível global, é a da possibilidade de fusão entre o FMI e o Banco Mundial, uma vez que isto resultaria em um fortalecimento das mesmas, sob uma outra configuração. Tal perspectiva, se vier a se consumar, poderá ser positiva, no sentido de que problemas reais se mantêm com a proliferação de diferentes organizações e regimes, em termos da sobreposição entre suas jurisdições e da coordenação de suas várias atividades: conflitos potenciais poderão se desenvolver e uma má coordenação ineficaz poderá resultar disso. A fusão do FMI com o Banco Mundial parece racional e, no mínimo, eliminaria uma fonte potencial de políticas sobrepostas (Hirst & Thompsom, 1998).

Evidencia-se, assim, o processo de mudança no aparato institucional regulatório a nível internacional, como fruto da necessidade de adequação

daqueles instrumentos a uma realidade diversa, que vem se estruturando a partir dos anos 70 e que tem assumido uma diversidade de formas, estratégias e vias de ação, muitas vezes confundidas.

O item 1.2, a seguir, tratará desta questão, no que se refere à evolução conceitual da dinâmica da economia internacional, através dos processos de internacionalização, multinacionalização, transnacionalização e, finalmente, globalização.

1.2 Evolução conceitual da dinâmica econômica internacional

O processo de transposição fronteiriça do capital tem assumido formas diferenciadas ao longo deste século e, em virtude da estreita conexão existente entre elas, esse fato tem levado a alguma confusão conceitual.

Isso tem exigido, conseqüentemente, um esforço de precisão que permita diferenciar estratégias, aparentemente iguais, mas que guardam entre si diferenciais importantes, imprescindíveis à compreensão do processo como um todo.

Teoricamente, pode-se apontar este fenômeno multifacetado como parte intrínseca da *mundialização*, ou seja, do processo em que determinada forma de organização social de produção ou sistema econômico tende a envolver, sob sua lógica de funcionamento, todos os espaços geográficos conhecidos.

Sendo assim, é possível identificar o capitalismo como o sistema econômico que mais evoluiu na direção da mundialização⁶, uma vez que a absoluta maioria dos territórios nacionais existentes submete-se, em maior ou menor grau, às leis subjacentes a esta forma de organização social de produção.

Nesta mesma linha de raciocínio, encontram-se os estudos de Murteira (2000), indicando a atual etapa da história do capitalismo, essencialmente nova, e que tem como predominância a transnacionalização, ou pós-nacionalização, processo por ele denominado de "capitalismo de mercado global". Esta nova realidade, segundo o estudioso em questão, articula elementos, tais como: uma mega-economia de dimensões globais; um conjunto de macroeconomias regionalizadas (blocos econômicos); diferentes economias nacionais; regiões intranacionais além de uma infinidade de economias locais.

O autor considera, ainda, que o domínio do funcionamento do sistema, em todos os níveis, pela mega-economia (através de uma integração acentuada em nível mundial, *pari passu* a crescente desintegração das economias nacionais), constitui o cerne da globalização em curso.

Neste sentido, pode-se dizer que, no último século, há evidências bastante significativas de três estratégias que caracterizam a *mundialização* do capital, quais sejam: a *internacionalização* das economias nacionais, a

⁶ Segundo Adda (1997), falar de mundialização significa referir-se ao processo de dominação do capital sobre o conjunto do espaço mundial. Esta dominação inscreve-se numa tendência longa de submissão de todos os espaços físicos à lei do capital e da acumulação contínua.

multinacionalização ou *transnacionalização* e, atualmente, o processo de *globalização*.

Logicamente, estas formas não são estanques e não se apresentam independentes, podendo, inclusive, coexistirem. Contudo, a predominância de alguma delas sobre as demais, em períodos históricos específicos, deve ser considerada como referencial de análise.

1.2.1 Internacionalização

Teoricamente, o termo *internacionalização* corresponde ao movimento de abertura das economias nacionais ao comércio estrangeiro, envolvendo desde o intercâmbio das várias formas de capital tangível (como, por exemplo, matérias primas, produtos semimanufaturados, industrializados, serviços e dinheiro), até idéias e pessoas.

Ao longo da história do capitalismo tem-se, com alguns intervalos em que os ditames protecionistas vigoram, uma tendência ao aprofundamento deste processo, o que pode ser constatado através da ampliação do comércio mundial, em termos de volume, bem como pela sua participação continuamente crescente em relação à produção mundial.

É possível entender essa tendência como parte do próprio processo de mundialização, uma vez que, para submeter, parcelas cada vez maiores do globo à sua lógica, o capital necessita transpor fronteiras, fomentando um

movimento de interdependência das economias nacionais, pela via das relações comerciais.

Um outro elemento explicativo da internacionalização é a necessidade de ampliação de mercado, a partir do qual se explicitam os elementos constituintes de uma crise de superprodução, ou seja, redução da demanda efetiva ao nível nacional, em contraponto à ampliação de estoques. A trilha da abertura comercial tem sido largamente utilizada nestes momentos críticos.

Atualmente, mudanças de ordem qualitativa podem ser encontradas no bojo do processo em foco, como, por exemplo, o crescimento da importância dos fluxos de IED sobre os comerciais propriamente ditos e a ascendência do setor serviços no contexto das trocas internacionais.

1.2.1 Multinacionalização ou transnacionalização

O processo de deslocalização internacional da produção, através do investimento externo direto (IED), denomina-se *multinacionalização* ou *transnacionalização*. Trata-se, portanto, da transferência de capital, em suas formas mais ligadas à produção propriamente dita, de uma economia nacional para outra, implicando, na maioria das vezes, na "(...) *geração ou ampliação da capacidade de produção de uma empresa num outro país através de subsidiárias directas, aquisições ou diversos tipos de cooperação (...)*." (Petrella, 1996:83).

Alguns autores entendem este movimento como uma estratégia das empresas multinacionais, no rompimento de barreiras protecionistas, criadas

em determinados períodos e países, que dificultam, quando não impedem, a importação dos seus produtos ou serviços. Ao penetrarem no mercado externo, não pela via comercial, ou seja, pelo processo de internacionalização, mas através do deslocamento de parte de sua produção para aqueles países, as empresas efetivam o processo de transnacionalização. Neste sentido, poder-se-ia dizer que esta estratégia significaria uma alternativa à internacionalização pura e simples, assegurando a continuidade do processo de mundialização. Há, ainda, interpretações de que outros fatores, como mão-de-obra barata ou sindicatos fracos funcionem como atrativos à instalação de plantas industriais em múltiplos países.

O entrelaçamento destes processos – internacionalização e multinacionalização ou transnacionalização – tem forçado, ao longo da história das sociedades capitalistas e de forma cada vez mais forte, economias nacionais, antes independentes e fortemente fechadas, a assumirem uma postura cada vez mais interdependente umas em relação às outras.

Até o início dos anos 70, a economia mundial caracterizava-se, basicamente, por relações internacionais entre unidades econômicas distintas, de nacionalidades independentes, ou seja, a mundialização se dava, sobretudo, através do processo de internacionalização e multinacionalização. É importante destacar que estes processos ocorriam dentro de certos limites, preservando a soberania⁷ dos diferentes estados nacionais.

⁷ Sobre esta questão, Arrighi (1997), assevera que realmente muitos dos Estados membros do sistema interestados, nunca gozaram, de fato, de soberania no sentido amplo da palavra, ou nunca tiveram os poderes que estão hoje supostamente perdendo pela expansão financeira.

Na atualidade, tais características vêm sendo questionadas, em virtude de que o movimento econômico presente, denominado de globalização, tem apresentado tendência de desestruturação das soberanias nacionais, reduzindo a importância do estado nacional enquanto ator econômico fundamental do processo em foco.

A globalização, enquanto dinâmica econômica em construção, vem se constituindo, teoricamente, como um tema controverso e polêmico. O capítulo 2, a seguir, tratará de algumas das mais importantes abordagens teóricas sobre esta realidade e, em particular, de teorias referentes ao investimento externo direto (IED), entendido aqui como característica forte do processo em curso.

Considerações Finais

As mudanças em curso, que se desenvolvem dentro da dinâmica da economia mundial, têm se refletido sobre os mais diferentes aspectos da realidade, tanto em nível institucional e operacional (via estratégias de política econômica e adequação dos mecanismos de regulação), quanto no âmbito teórico-ideológico, com superação de um determinado "paradigma" – o keynesianismo – e subsequente retorno ao que lhe havia precedido, o liberalismo econômico, sob a nova denominação de neoliberalismo.

Ademais, assiste-se à evolução de uma série de elementos "novos", cuja inter-relação condiciona, quando não determina, as atuais características

da economia global. A continuidade do processo de mundialização ocorre sob nova roupagem, deixando as estratégias de internacionalização e multinacionalização (ou transnacionalização) como marcas de épocas já vividas.

Na era global, o capital, sob a forma de investimentos externos diretos ou de portfólio, dá a tônica do movimento internacional de capitais, exibindo seu lado financeiro como o mais adequado ao ambiente criado pelos avanços tecnológicos nas áreas de informática e comunicação.

Em decorrência, operações transfronteiriças, como fusões, aquisições e compras de empresas estatais (privatizações), têm-se manifestado como uma característica predominante da atualidade. Esse movimento, por não se acomodar às regras pré-estabelecidas pelos Estados Nacionais, tem efetivamente quebrado barreiras e, dependendo da correlação de forças, ameaçado a soberania nacional de alguns dos países envolvidos.

O reflexo mais imediato desse processo está na mudança ocorrida na atuação do Estado na economia, o qual passa a assumir, preponderantemente, a regulação e preparação do ambiente macroeconômico, no qual o capital privado deverá organizar-se, nas esferas produtiva, comercial e de intermediação financeira. Tal intervenção se dá no sentido de atender a uma estratégia global de liberalização econômica, presente desde o final da década de 70, que tem resultado numa ampliação ou aprofundamento da interdependência ou integração entre as mais diferentes economias nacionais, mas que, em alguns casos, destroem a base da soberania do Estado Nacional.

Para fazer face a esta tendência atual, todo um conjunto de modificações segue sendo engendrado no âmbito dos organismos/ instituições internacionais, como GATT, FMI, BIRD, BID, etc., enquanto surgem discussões outras quanto à criação de novos mecanismos reguladores, para elementos como investimento externo direto, cujos fluxos em ascendência justificam a preocupação.